

2. O Século das Luzes

“La imposibilidad de penetrar el esquema divino del universo no puede, sin embargo, disuadirnos de planear esquemas humanos, aunque nos conste que éstos son provisorios.” (Jorge Luis Borges, *El idioma analítico de John Wilkins*. In: *Otras inquisiciones*, 1996)

Conhecido como o século das Luzes² ou do Iluminismo, o século XVIII foi marcado por um movimento do pensamento europeu (ocorrido mais especificamente na segunda metade do século XVIII) que abrangeu o pensamento filosófico e gerou uma grande revolução nas artes (principalmente na literatura), nas ciências, nos costumes, na teoria política e na doutrina jurídica. O Iluminismo também se distinguiu pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico. Marcondes (2007) enfatiza que este período refletiu o contexto político e social da época, como um todo, mas também foi adquirindo características próprias de acordo com o país e com a época em que se manifestava. Desta forma, o Iluminismo não se resumiu em uma única doutrina filosófica ou teórica, mas, na realidade, consistiu em um agrupamento de ideias e valores compartilhados por diferentes correntes com formas de expressão distintas nas ciências, nas letras e nas artes.

Ainda segundo Marcondes (2007), alguns nomes se destacam como os principais representantes do Iluminismo em diferentes contextos sociais. Na França, destacam-se Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778), Fontenelle (1657-1757), Helvétius (1715-1771), Montesquieu (1689-1755), Holbach (1723-1789), La Mettrie (1709-1751) bem como os enciclopedistas Diderot (1713-1784), D'Alembert (1717-1783) e Condorcet (1743-1794)³. Na Alemanha, ganham proeminência J. Herder (1744-1803), o poeta Gotthold Lessing (1729-1781), Immanuel Kant (1724-1804), e, em um primeiro momento de sua obra, Goethe (1749-1832). Na Inglaterra, sobressaem

² A palavra utilizada em francês é *Lumières*, em inglês é *Enlightment*, em alemão é *Aufklärung*, em espanhol é *Ilustración*. Alguns autores brasileiros preferem utilizar o termo “Esclarecimento” ao se referirem ao período do Iluminismo.

³ Acredito ser relevante acrescentar à lista o enciclopedista francês Condillac (1715-1780).

os nomes de Hume (1711-1776), do poeta Alexander Pope (1688-1744), do jurista e cientista político Jeremy Bentham (1748-1832), do historiador Edward Gibbon (1737-1794), do economista Adam Smith (1723-1790). Na Itália, o grande destaque é o jurista Beccaria (1738-1794).

A própria forma de nos referirmos ao século XVIII como o Século das Luzes ou do Esclarecimento deixa claro que este foi um período no qual o objetivo principal era libertar o homem da obscuridade, da ignorância e da falta de conhecimento:

“A própria noção de **Iluminismo**, **Ilustração**, ou ainda **Esclarecimento**, como o termo é por vezes traduzido, indica, através da metáfora da luz e da claridade, uma oposição às trevas, ao obscurantismo, à ignorância, à superstição, ou seja, à existência de algo oculto, enfatizando, ao contrário, a necessidade de o real, em todos os seus aspectos, tornar-se transparente à razão. O grande instrumento do Iluminismo é a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real...” (Marcondes, 2007, p.207)

É, portanto, possível afirmar que o conhecimento, a educação e a ciência foram os recursos utilizados nesse período por aqueles que queriam se livrar da obscuridade.

Tal desejo de sair da obscuridade fez surgir o importante *projeto enciclopedista*. Este projeto, organizado pelo filósofo francês Denis Diderot, com textos de Voltaire, D'Alembert, Condorcet, Rousseau e outros filósofos, principalmente franceses, e editado entre 1751 e 1766, visava à criação da *Enciclopédia*. Como explica Marcondes (2007), esta tinha como objetivo principal disponibilizar em 24 volumes a totalidade dos saberes existentes daquela época, expressando ideias de tolerância religiosa, otimismo em relação ao futuro da humanidade, confiança no poder da razão, oposição aos autoritarismos, entusiasmo pelo progresso, combate aos abusos do sistema monárquico, etc. Em 1759 a edição completa da *Enciclopédia* foi censurada pelo Parlamento francês que temia as repercussões desse projeto e pela igreja devido à visão materialista e anticlerical de muitos de seus autores. Por volta de 1770, volumes em formatos menores (*in quarto* e *in octavo*) foram publicados, tornando a obra mais barata e acessível. No reinado de Luís XVI a *Enciclopédia* recebeu aprovação oficial da Coroa, se tornando ainda mais acessível ao público.

De acordo com Marcondes (2007), a *Enciclopédia* é possivelmente a obra mais significativa do Iluminismo, elaborada com a intenção de sintetizar as grandes descobertas científicas, técnicas da época e desenvolvimentos filosóficos e artísticos que marcam o progresso da humanidade no período moderno. Estas publicações estariam acessíveis a qualquer pessoa que fosse

capaz de ler, de se instruir, que tivesse acesso às bibliotecas ou recursos financeiros para adquirir as publicações. Apesar da abertura ao acesso à *Enciclopédia* ocorrida após 1770, ainda tratava-se de um projeto elitista.

Acreditava-se que a *Enciclopédia* possibilitaria o saber a todos e, assim, o homem teria a chance de, ao lê-la, se libertar das imposições daquela época que o levavam à ignorância, à superstição e à alienação. Desta forma a sociedade seria mais livre e igualitária. O *projeto enciclopedista* exerceu influência não somente na burguesia esclarecida, assim como em pequenos comerciantes e artesãos. Japiassú e Marcondes (2006) ressaltam que as tendências iluministas e liberais se manifestaram em inúmeros artigos da *Enciclopédia*. É importante lembrar que a qualidade do conteúdo da *Enciclopédia*, assim como dos projetos iluministas, praticamente não era questionada. O conteúdo era produzido por grandes pensadores da época e passava pelo crivo de um grupo de profissionais da escrita como os tipógrafos, corretores, impressores e editores antes de serem publicados. Desta forma, havia um controle de qualidade minucioso antes de as publicações chegarem ao público em geral.

Segundo os iluministas, o principal obstáculo ao Esclarecimento e ao progresso do homem estava diretamente ligado à igreja. Esta, fazendo uso de seu poder de gerar submissão e criar superstições, subordinava o homem a crenças e à autoridade. Por esse motivo, de acordo com Marcondes (2007), o pensamento no Iluminismo é, sem dúvida, anticlerical. A filosofia do Iluminismo afirma que o homem é dotado de uma luz natural e de uma racionalidade, ou seja, de uma capacidade natural de aprender, que lhe possibilita agir livremente, aprender e progredir. Cabe à filosofia, à ciência e à educação fazer com que a luz natural do homem entre em ação e afaste todos os obstáculos que o impedem de progredir e chegar ao real estágio de esclarecimento.

Marcondes (2007) prossegue sua análise afirmando que este período teve como pano de fundo a filosofia crítica. Esta filosofia é norteadada por três pressupostos básicos. O primeiro deles é a liberdade. Este primeiro pressuposto é exemplificado pela defesa da livre iniciativa no comércio em oposição ao absolutismo, ainda em vigor no final do século XVIII em diversas monarquias européias. O segundo pressuposto é o individualismo, que se fundamenta na existência de homens livres e autônomos. Finalmente, o terceiro é a igualdade jurídica. Este último pressuposto visava garantir o fim dos privilégios. De acordo com esses pressupostos, podemos afirmar que o Iluminismo via o homem como

idealmente autônomo, livre de qualquer autoridade e opressão externa, fossem elas políticas ou religiosas.

As questões essenciais colocadas neste período são: “por que o homem, dotado dessa luz natural, dessa capacidade racional de conhecer, não consegue pura e simplesmente obter o conhecimento do real necessário no mundo da melhor forma possível? O que o impede?” (Marcondes, 2007, p.207). Esses questionamentos referentes ao projeto do Iluminismo permanecem até os dias atuais e ainda fazem parte das discussões filosóficas. Certamente, não pretendo solucionar as dúvidas que surgiram e permanecem desde aquela época. No entanto, a partir de três filósofos iluministas – Kant, Condorcet e Condillac –, irei retomar algumas discussões, tendo como foco principal os debates que incluem a linguagem e como tais filósofos viam o papel desta em suas reflexões durante o Iluminismo.

Iniciarei minhas exposições com Kant, que com seus textos “Resposta à pergunta: Que é ‘esclarecimento’ (*Aufklärung*)?” e “Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita”, ambos de 1784, faz uma interessante descrição do Iluminismo. Esses são textos que muitos veem como difíceis e áridos. Contudo, tentarei, a seguir, apresentar as ideias neles contidas de forma mais simples e condensada, ainda que o mais clara possível.

Kant abre a presente discussão, pois não somente apresenta suas ideias em relação ao Iluminismo, como também sugere uma forma de se atingir o estágio de esclarecimento. A discussão prossegue com Condorcet, cujas reflexões se assemelham às de Kant (2005/1784a, 2004/1784b). A obra de Condorcet selecionada foi o livro *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, publicada postumamente em 1795. Além de também discutir o processo de esclarecimento do homem, Condorcet (1993/1793) introduz a questão da invenção da tipografia e da necessidade de uma língua⁴ única e universal⁵ como importantes e fundamentais para o progresso do espírito humano. Este é o princípio do pensamento que se opõe ao corpo, à matéria, à extensão. (Japiassú & Marcondes, 2006).

Finalmente, o terceiro filósofo escolhido é Condillac (1973) e seus textos “Lógica” (1780) e “A língua dos cálculos”, este último publicado postumamente

⁴ É importante fazer a distinção entre os termos língua e linguagem, que serão usados com frequência ao longo deste trabalho. Língua é um sistema abstrato que abarca a fala e a escrita de uma comunidade. Como exemplo podemos citar a língua inglesa e a língua portuguesa. A linguagem se refere à capacidade natural dos seres humanos de aprender e usar uma língua. (Crystal, 1980).

em 1798. Condillac também se interessava pelo progresso do espírito humano e pela arte de raciocinar e foi um dos primeiros filósofos a enfatizar o papel da linguagem no processo de formação do conhecimento. Este filósofo descreve com mais detalhes, se comparado a Condorcet (1993/1793), a sua concepção de língua universal e a relação desta com o processo de esclarecimento.

Pode-se perceber que meu critério para a apresentação dos filósofos em questão não foi exatamente a ordem cronológica de suas obras, e sim a inclusão da linguagem em suas discussões e a explicitação do papel por ela desempenhado no processo de esclarecimento.

2.1. O Iluminismo de Kant

Como mencionado anteriormente, dois textos de Kant são relevantes para esta investigação. No primeiro deles, “Resposta à pergunta: Que é ‘esclarecimento’ (*Aufklärung*)?”, Kant (2005/1784a) expõe sua definição e suas ideias a respeito do *Aufklärung*, termo que foi traduzido para o português por Fernandes (2005) como “esclarecimento”⁶.

De acordo com Kant (2005/1784a), o esclarecimento era a única saída possível do estágio de “menoridade” no qual o homem do século XVIII se encontrava. Esta “menoridade” significava a incapacidade de o homem daquela época fazer uso de seu entendimento, ou seja, de sua opinião e capacidade de julgar, sem a direção ou a orientação de outro indivíduo. Para Kant (2005/1784a), o homem se encontrava em um estágio de completa submissão e dependência em relação a outro homem que, de acordo com o contexto daquele período, seria mais poderoso e importante, ou seja, seria um “líder”. No entanto, ele complementa sua afirmação dizendo que o próprio homem era culpado por tal subserviência, já que não tinha coragem de tomar suas próprias decisões

⁵ Uma língua universal é uma língua artificial e considerada perfeita, criada para a formalização e estruturação do raciocínio. Tal língua seria usada como instrumento para investigação, progresso da ciência e descoberta da verdade. É a língua do conhecimento. (Moreira, 2005).

⁶ Fernandes (2005), tradutor da obra **Texto Seletos**, acrescenta uma nota em seu texto ressaltando a dificuldade que não somente ele, mas todos os tradutores do termo *Aufklärung* para línguas neolatinas tiveram para encontrar uma palavra que correspondesse ao termo alemão. Alguns tradutores já propuseram “iluminismo”, “ilustração”, “filosofia das luzes”, “época das luzes” ou até a manutenção do termo em alemão. Fernandes (2005) optou pelo uso do termo “esclarecimento”, pois, como ele mesmo diz, o aspecto essencial da *Aufklärung* é o de ser um processo e não uma condição ou corrente filosófica ou literária. Para o tradutor, a palavra “esclarecimento” também representa um processo, levando em consideração que o sufixo –mento na língua portuguesa significa ação, processo. Desta forma, ao concordar com o tradutor, também usarei o termo “esclarecimento” como tradução de *Aufklärung* durante esta investigação.

sem o comando e o aval do seu “líder”. Desta forma, podemos afirmar que, para Kant (2005/1784a), o homem do século XVIII tinha como característica principal a covardia, que o impedia de fazer progressos.

No segundo texto analisado, cujo título é “Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita”, Kant (2004/1784b) também descreve a submissão do homem e como ele a considera um problema difícil de ser resolvido, embora precise ser seriamente examinado e discutido. Neste texto, ele ressalta que o homem, quando vive em grupo, em uma sociedade com seus semelhantes, tem necessidade de um senhor que se sobreponha à sua vontade particular e o obrigue a obedecer à vontade universalmente válida. Este fato se dá porque, sem um senhor que detenha o poder, o homem tem a tendência de abusar de sua liberdade em relação aos outros, de buscar privilégios e, dada a sua tendência inerentemente egoísta, tende a se apartar dos outros homens, buscando somente aquilo que possa reverter em benefício próprio. Por outro lado, o homem, como criatura racional e valendo-se de fato desta racionalidade, percebe esse abuso de liberdade, o egoísmo e a falta de senso comunitário e passa a desejar uma lei que ponha limites à liberdade de todos. Ele prefere então renunciar ao seu próprio egoísmo e liberdade para buscar um senhor que estipule regras e que torne o convívio com os seus semelhantes o mais igualitário possível.

Quanto a esta contradição do pensamento humano, Kant (2004/1784b, p.28) nos coloca a seguinte questão: “Mas onde vai ele [o homem] buscar este senhor?”. Como resposta a esta pergunta, o filósofo propõe a própria espécie humana, ou seja, o homem vai buscar entre seus semelhantes alguém que possa desempenhar o papel de senhor de todo o grupo. No entanto, encontrar na espécie humana este senhor que possa ocupar uma posição superior em relação aos outros indivíduos, ser justo e não abusar da liberdade e do poder parece uma tarefa quase impossível. Esta impossibilidade decorre do fato de, a partir da concepção de Kant (2004/1784b), o homem ser essencialmente egoísta e injusto; desta forma, não há a possibilidade de a humanidade e a justiça coexistirem. Kant (2004/1784b) destaca que a dificuldade em encontrar esse senhor reside no fato de todo indivíduo ter a necessidade de um senhor, como já mencionado. Assim, qualquer senhor também sente a necessidade de ter um líder. Como resolver, então, esse impasse? Como é possível encontrar um senhor que seja justo e humano? Kant (2004/1784b) afirma que é imprescindível que o líder supremo dos homens seja justo por si mesmo, apesar de ser um

homem também. Segundo ele, chegar ao equilíbrio entre a liderança e a justiça é uma das tarefas mais difíceis do homem.

Como é possível esclarecer a grande questão da “menoridade” humana levantada por Kant? De acordo com o que foi apresentado, o homem necessita naturalmente de um senhor e, desta forma, permanece no estágio de “menoridade”. No primeiro texto analisado, o próprio filósofo propõe a solução: para ele a saída está no Esclarecimento, que tem como lema principal a expressão latina *Sapere aude!* Tal expressão representa muito bem o que Kant (2005/1784a) queria dizer com *Aufklärung*, isto é, “ouse saber”, “tenha coragem de usar suas próprias ideias”. Seu desejo era que o homem saísse da “menoridade” e caminhasse em direção à “maioridade”. O homem permanece no estágio de “menoridade”, sobretudo devido à preguiça, à covardia e ao comodismo. Como ele mesmo diz:

“É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um método que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho a necessidade de pensar...” (Kant, 2005/1784a, p. 64)

Kant (2005/1784a) acredita que um povo possa chegar à “maioridade” através do esclarecimento. Afirma, contudo, que se trata de um processo muito lento que exige liberdade. A liberdade almejada por Kant (2005/1784a) pode, segundo ele, ser alcançada a partir do momento em que o homem faz uso público de sua razão – ou seja, de seu conhecimento – em todas as questões, sem temer aqueles a quem costumava ser submisso. O homem somente terá liberdade ao ignorar a exclamação ouvida constantemente e oriunda de todas as partes: “*não raciocineis!*” Como afirma:

“O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: *raciocinai*, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, *mas obedecei!*) Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade.” (Kant, 2005/1784a, p.65)

Kant (2005/1784a, 2004/1784b) aponta e desenvolve as questões da submissão do homem e da necessidade da passagem da “menoridade” para a “maioridade” em seus dois textos aqui analisados. Neles, no entanto, não indica de forma objetiva como esse processo de transformação pode realmente ocorrer. Como já foi visto, ele sugere a liberdade como ponto de partida, mas não especifica como tal liberdade pode ser alcançada. O fato é que Kant

(2005/1784a, 2004/1784b) introduz uma discussão muito relevante: a libertação do homem dos grilhões impostos pelos senhores de sua época. Esta liberdade almejada por ele representava o progresso do espírito humano. É, ainda, importante ressaltar que o discurso de Kant (2005/1784a, 2004/1784b) está impregnado de otimismo. Em outras palavras, para ele, a situação de submissão e inferioridade em relação ao senhor poderia ser superada. Kant almejava dias melhores e vividos com mais liberdade.

Outros filósofos retomaram suas ideias e acrescentaram reflexões relevantes. Como exemplo disso, podemos citar as discussões concernentes à criação de uma língua universal e ao papel desta no processo de esclarecimento⁷.

2.2.

A língua universal de Condorcet

Assim como a discussão de Kant (2005/1784a, 2004/1784b), a obra do filósofo francês Condorcet (1993/1793) é impregnada de otimismo e de uma crença no progresso do espírito humano. A passagem, no século XVIII, de uma civilização rude e pouco esclarecida para uma civilização esclarecida e livre foi necessária e essencial para o aperfeiçoamento do espírito humano, como afirma Condorcet (1993/1793). Neste aperfeiçoamento, estavam presentes ideias apresentadas por ele e tidas como essenciais para o progresso, como: difundir a verdade; eliminar os preconceitos das escolas, do governo e das corporações; e adquirir liberdade de pensamento.

Este filósofo francês (1993/1793) cita a invenção da imprensa ocorrida no século XV como uma das revoluções mais importantes para se alcançar tal progresso. Na concepção de Condorcet, o processo de esclarecimento e a necessidade de obtenção da liberdade pelo homem, discutidos por Kant, tiveram como grande aliada a circulação dos escritos, alavancada pela imprensa. A imprensa multiplicou e barateou o objeto escrito, e mais do que isso, aumentou o interesse pela instrução e isso parecia estar levando o homem ao caminho da liberdade e ao fim da verdade absoluta imposta pelos senhores. A tipografia multiplicou, indefinidamente, os exemplares de uma mesma obra e, desta forma,

⁷ Muitos historiadores da filosofia não consideram Kant um filósofo da linguagem. Sendo assim, ele não teria contribuído para o desenvolvimento da filosofia da linguagem contemporânea. No entanto, Marcondes (2004), argumenta que a filosofia crítica de Kant contribui de forma relevante para a filosofia da linguagem do século XX.

a escrita passou a se democratizar e a se tornar acessível a todos que soubessem ler. Para Condorcet, a democratização da escrita despertou o desejo pela leitura e pela instrução. A multiplicação rápida do objeto escrito e sua comercialização fizeram com que o século das Luzes se tornasse, de alguma forma, o século do comércio e, acima de tudo, o século da escrita. Como consequência, o sonho do *Aufklärung* (Kant 2005/1784a) parecia estar cada vez mais próximo. A liberdade e o intercâmbio de ideias, isentos da submissão a um senhor absoluto e dotado de razão, estavam prestes a se tornar realidade. Nas palavras de Condorcet:

“É à tipografia que se deve a possibilidade de divulgar as obras que as circunstâncias do momento solicitam, ou os movimentos passageiros de opinião, e através disso interessar, sobre cada questão que se discute em um ponto único, a universalidade dos homens...” (Condorcet, 1993/1793, p. 110)

Condorcet (1993/1793) se preocupava muito com os destinos futuros da espécie humana e afirmava que estes dependiam de três condições principais: do estabelecimento da igualdade em um mesmo povo, da eliminação da desigualdade entre as nações e do real aperfeiçoamento do homem. Para ele, um dia todas as nações se aproximariam do esclarecimento e da liberdade, e principalmente, da igualdade. Ressalta que:

“... os homens se aproximarão deste estado onde todos terão luzes necessárias para se conduzir segundo sua própria razão nos negócios comuns da vida, e mantê-la isenta de prejuízos, para conhecer bem seus direitos e exercê-los segundo sua opinião e sua consciência; onde todos poderão, pelo desenvolvimento de suas faculdades, obter meios seguros de prover às suas necessidades; onde, enfim, a estupidez e a miséria serão apenas acidentes, e não o estado habitual de uma parte da sociedade.” (Condorcet, 1993/1793, p. 177)

O trecho acima deixa clara a aproximação das ideias de Condorcet e Kant. Para os dois filósofos, o grande problema do homem é não ser possuidor de sua razão, quer dizer, ser dependente de um senhor, de alguém considerado superior que sempre lhe dirá o que fazer e como. O desejo principal de ambos é o de que a espécie humana esteja em constante aperfeiçoamento. Os dois filósofos afirmam que a falta de conhecimento e de sabedoria preserva o estágio de “menoridade” do homem e acentua as diferenças entre eles. Condorcet (1993/1793) cita três tipos principais de desigualdade entre os homens: as desigualdades financeiras, econômicas e de instrução. Com relação à segunda, Condorcet enfatiza bem que as diferenças entre os que nascem ricos e os que têm que trabalhar para conseguir o sustento são extremamente negativas.

Quanto à desigualdade de instrução, o combate a esta seria um dos pontos chave para a chegada ao esclarecimento. Condorcet propõe o combate a tais desigualdades.

A igualdade de instrução pode permitir que o homem se liberte de seus senhores e se conscientize de seus direitos no que diz respeito à economia doméstica e à administração de seus negócios e indústrias. O ponto principal é não depender cegamente de outros homens, mesmo que eles sejam considerados senhores. De acordo com Condorcet, para que a igualdade de instrução se concretizasse seria necessária uma revolução linguística. Para ele, o aperfeiçoamento da arte de ensinar está diretamente ligado à instituição de uma língua universal. Esta língua deveria ser capaz de exprimir, por signos, as operações do espírito humano e ter como característica a originalidade. Assim, os homens que conhecessem esses signos, o método de combiná-los e as leis de sua formação, entenderiam aquilo que estivesse escrito nessa língua e, principalmente, se exprimiriam com facilidade, utilizando uma língua comum a todos:

“... se aprenderia a língua universal com a própria ciência, como a língua da álgebra; se conheceria o signo ao mesmo tempo que o objeto, a idéia, a operação que ele designa. Aquele que tendo aprendido os elementos de uma ciência, gostaria de penetrar mais nela, encontraria nos livros não apenas as verdades que ele pode entender com o auxílio dos signos dos quais já conhece o valor, mas a explicação dos novos signos dos quais se precisa para elevar-se a outras verdades.” (Condorcet, 1993/1793, p. 200)

A língua universal permitiria que a comunicação entre os homens se expandisse. E, sem dúvida, sua união com a imprensa seria a combinação perfeita para a comunicação livre entre os homens e para a obtenção do estágio de “maioridade” proposto por Kant. No entanto, se a língua universal imaginada por Condorcet se assemelhasse à língua da álgebra, como observado na citação acima, ela se limitaria a exprimir proposições simples, objetivas e precisas, como o sistema de uma ciência exata. Desta forma, esta língua seria ideal e não possuiria as inconsistências de uma língua natural. Para Condorcet, no entanto, a idéia de uma língua universal não é uma utopia. Ele afirma que seria necessário que os usuários desta língua universal reconhecessem que na maior parte do tempo não têm ideias precisas e objetivas. A utilização da língua universal proposta por Condorcet requereria ideias claras, definidas e noções bem determinadas e convencionadas. Assim, esta língua se aperfeiçoaria a cada dia, a partir do seu uso, de modo a adquirir um rigor e uma precisão que

facilitariam o conhecimento da verdade e tornariam o erro quase impossível. Sendo assim, a língua universal teria uma confiabilidade análoga à segurança da matemática, por exemplo.

Com base nas reflexões de Condorcet a respeito de uma língua universal como uma das formas de aperfeiçoar a instrução e de possibilitar a concretização do projeto do Iluminismo entre os homens, devemos questionar se este tipo de língua seria capaz de dar conta de toda a complexidade e do pensamento⁸ humano. Parece utópico imaginar a possibilidade de o pensamento humano, que é naturalmente abstrato, se tornar objetivo como uma ciência exata. Condorcet (1993/1793) não desenvolve com detalhes a sua proposta de língua universal. Mesmo assim, por conceber a democratização da educação (alavancada pela invenção da imprensa) e a criação de uma língua universal como peças fundamentais para o progresso e esclarecimento humano, sua obra foi um marco e uma referência na história do progresso do espírito humano.

2.3.

A arte do raciocínio restrita a uma língua universal

A questão de uma língua universal e ideal também foi abordada no Iluminismo por Condillac (1973/1780, 1973/1798). Suas ideias estão em plena sintonia com as de Kant (2005/1784a, 2004/1784b) e as de Condorcet (1993/1793) no que diz respeito à liberdade e à aquisição da autonomia de pensamento. As reflexões de Condillac (1973/1780) também dizem respeito à ligação entre uma língua universal e a arte de raciocinar bem.

De acordo com Condillac (1973/1780), pensamos segundo outras pessoas e adotamos preconceitos de outras pessoas. Isso equivale dizer que, socialmente, há uma transmissão de pensamentos e ideias que, para Condillac, deve ser questionada. Esse raciocínio transmitido nos leva a adquirir maus hábitos que nos impedem de raciocinar. Ao invés de observarmos as coisas que queremos conhecer, nós as imaginamos a partir de informações que nos são passadas pelos outros. Desta forma, as hipóteses falsas, os erros, os preconceitos, as superstições, ou seja, os maus hábitos se propagam

⁸ “... o pensamento constitui uma atividade intelectual visando à produção de um saber novo pela mediação da reflexão. Em outras palavras, o pensamento é o “trabalho” efetuado para reflexão do sujeito sobre um objeto, num movimento pelo qual a matéria-prima que é a experiência é transformada, de algo não-sabido, num ser produzido e compreendido.” (Japiassú & Marcondes, 2006)

intensamente. O ato de aprender a raciocinar está diretamente ligado ao ato de se libertar dos maus hábitos ou de corrigi-los. Desta forma, raciocinar bem e com liberdade é um dos caminhos principais para o progresso do espírito humano. Aliado a isto, Condillac afirma que a língua também é essencial para tal progresso.

O bom raciocínio, para Condillac (1973/1780), é aquele feito com liberdade e autonomia e sem arbitrariedade e vícios, ou seja, é a forma de pensar desvinculada dos pensamentos e opiniões de outrem. A constante propagação dos maus hábitos ocorre porque o homem faz uso das palavras sem antes analisá-las; toma como “ideal” a língua que recebe assim que nasce, sem contestá-la ou examiná-la criticamente. Desta língua, o homem herda todos os juízos que transmite e repete sem críticas. Ele acredita obter conhecimento a partir de palavras, sem se dar conta do real significado destas. Como podemos observar:

“Julgamos precipitadamente sem nos darmos conta dos juízos que transmitimos e acreditamos adquirir conhecimentos aprendendo palavras que são apenas palavras. Porque, em nossa infância, pensamos segundo os outros, adotamos todos os preconceitos. Quando atingimos uma idade onde acreditamos pensar segundo nós próprios, continuamos a pensar segundo os outros, porque pensamos segundo os preconceitos que eles nos deram. Então, quanto mais o espírito parece fazer progressos, mais se extravia e os erros se acumulam de gerações em gerações.” (Condillac, 1973/1780, p.108)

Desta forma, ao invés de progredir, o espírito humano se desvia e os erros se acumulam e se repetem. A retomada do caminho, de acordo com Condillac (1973/1780), é refazer o entendimento humano que, como ele explica, consiste em esquecer tudo o que aprendemos e retomar as ideias desde o início, ou seja, em sua origem. O entendimento humano deve ser composto de observação e análise, mas, quando há uma abstração, o entendimento se desvia e o homem deixa de observar e de analisar para somente absorver as ideias e os pensamentos já existentes. Condillac (1973/1780) enfatiza que a natureza original do homem é ser observador e analista, mas essas características vão se perdendo na medida em que convivemos com os maus-hábitos daqueles que nos cercam. Como ocorre com as crianças que, como afirma Condillac (1973/1780):

“... são determinadas por suas necessidades a serem observadoras e analistas; e têm, através de suas faculdades originais, condições para tanto... mas quando nós começamos a conduzi-las, interditamo-lhes toda observação e toda análise. Supomos que elas não raciocinam, porque não sabemos raciocinar com elas, esperando uma idade de razão, que começara sem nós e que atrasamos com

todo o nosso poder, condenamo-las a julgar apenas segundo nossas opiniões, nossos preconceitos e nossos erros.” (Condillac, 1973/1780, p.109)

O poder que os cuidadores exercem sobre as crianças, citado por Condillac (1973/1780), pode ser comparado ao poder dos senhores, mencionado por Kant (2005/1784a). Como discutido anteriormente, os senhores faziam com que as pessoas se privassem de opiniões e pensamentos próprios e não as deixavam chegar ao estágio de “maioridade”.

Condillac (1973/1780) prega que, para sermos analistas, observadores, críticos e donos de nosso próprio entendimento, é necessário, além de nos libertarmos daqueles que nos tolhem, saber utilizar as palavras. Só podemos raciocinar através das palavras, elas são indispensáveis para formarmos ideias de todos os tipos. Consequentemente, ele conclui que a arte de raciocinar começou com o surgimento das línguas. Assim sendo, para ele, o progresso do espírito humano está diretamente relacionado ao progresso das línguas. Segundo Condillac (1973/1780), é preciso observar as línguas, investigar como surgiram e como evoluíram para se chegar ao raciocínio autônomo e perfeito.

Antes de chegar à proposta de uma língua universal, Condillac (1973/1780) inicia sua discussão a respeito da arte de pensar a partir da origem dos elementos da linguagem. Ele afirma que os elementos da linguagem são inatos, sendo assim, a linguagem é inata⁹, mas os pensamentos não. Seria necessário, então, que os elementos de uma linguagem precedessem às ideias para que o raciocínio pudesse acontecer. Como afirma:

“... há uma linguagem inata, ainda que não haja ideias que o sejam. Com efeito, seria preciso que os elementos de uma linguagem qualquer, preparados antecipadamente, precedessem nossas ideias, porque, sem signos de qualquer espécie, nos seria impossível analisar nossos pensamentos, para darmos conta do que pensamos, isto é, para vê-lo de maneira distinta.” (Condillac, 1973/1780, p. 110)

Condillac (1973/1780) complementa afirmando que, em um primeiro momento, a configuração do homem é destinada a representar tudo que se passa na alma, ou seja, expressa sentimentos, opiniões, desejos, temores, raciocínios. Neste primeiro momento em que o homem quer expressar seus sentimentos, ele utiliza a linguagem de ação que, como Condillac afirma (1973/1780), é inata e composta de gestos. A linguagem de ação representa para ele a origem das línguas. A representação feita a partir desta linguagem

⁹ Pertencente à natureza humana e que não é criada artificialmente. Para filósofos como Condillac (1993/1780) é considerada falha e ineficiente.

não é composta de um projeto, planejamento ou observação. Desta forma, o homem exprime através da linguagem de ação tudo que sente, sem a real intenção de se comunicar. É somente uma forma de se expressar.

No entanto, Condillac (1973/1780) ressalta um problema de compreensão a partir da linguagem de ação e afirma que aquele que escuta com os olhos não consegue compreender a linguagem usada. A compreensão começa a se dar a partir do momento em que o ouvinte, naturalmente, separa os elementos do discurso e os observa cuidadosamente, isto é, observa os movimentos com atenção.

Na concepção de Condillac (1973/1780), é natural para o homem decompor a linguagem mesmo sem pensar a respeito desse processo. Desta forma, o homem observa cuidadosamente cada gesto e analisa conjuntos de movimentos. A partir desse processo de análise, os homens percebem que a compreensão ocorre de forma cada vez mais eficaz. O homem passa, então, a repetir seus movimentos em sequência e, desse modo, calmamente, vai compreendendo melhor sua própria linguagem. Decompondo a linguagem de ação, o homem decompõe, automaticamente, seu pensamento, o que contribui para a compreensão de si mesmo e dos outros. Desta decomposição surgem os primeiros signos.

“Este meio, o único que ele possui pra analisar seu pensamento, poderá desenvolvê-lo até nos mínimos detalhes: pois, sendo dados os primeiros signos de uma linguagem, só nos resta consultar a analogia e ela fornecerá todos os outros.” (Condillac, 1973/1780, p. 111)

Condillac (1973/1780) nos lembra que a decomposição da linguagem de ação somente ocorre quando os homens percebem a necessidade de se ajudar. Surge, então, a necessidade de se comunicar, de compreender a si e aos outros também. A partir desta necessidade, a decomposição da linguagem de ação é solidificada e a linguagem se torna um método analítico. Neste momento, o homem passa a observar tudo ao seu redor e a analisar seus pensamentos antes de se comunicar. É importante assinalar que Condillac (1973/1780) enfatiza que a linguagem como método analítico não é inata, assim como as ideias decompostas da linguagem de ação. As ideias somente existem a partir da observação e da análise. A linguagem como método analítico fornece ideias e, de acordo com Condillac (1973/1780), todo método pode ser aprendido; por isso, a linguagem como método de análise não pode ser considerada inata. Ele ainda defende a concepção de que as línguas são métodos analíticos, pois

somente analisamos os pensamentos através delas. Sem a linguagem de ação, os homens não teriam a capacidade de analisar seus pensamentos e, como resultado, a linguagem propriamente dita não teria evoluído. A análise e a consciência da linguagem de ação usada para comunicação foram essenciais para que o homem começasse a falar a linguagem de ação, ou seja, passasse a falar com sons articulados.

A partir do momento em que o homem passou a falar a linguagem de ação, as línguas foram surgindo e se caracterizaram inicialmente como métodos exatos. Esta caracterização se deve ao fato de as línguas, a princípio, serem utilizadas para a comunicação de questões relacionadas às primeiras necessidades. Em seus primórdios, as línguas, embora limitadas, eram muito claras. A grande falha do homem foi, com o passar do tempo, sentir cada vez menos a necessidade de analisar a linguagem, já que, como afirma Condillac (1973/1780), não estava completamente ciente da importância deste método. Como podemos observar:

“Se, pretendendo aperfeiçoá-las, pudéssemos ter continuado como começamos, não se teria procurado novas palavras na analogia a não ser quando uma análise bem feita tivesse, realmente, trazido novas ideias e as línguas, sempre exatas, teriam sido mais ricas.” (Condillac, 1973/1780, p. 113)

Condillac (1973/1780) afirma que o aperfeiçoamento das línguas não prosseguiu, pois o ato e o desejo de falar se tornaram mais importantes para o homem do que a análise que era feita anteriormente. Como resultado, as línguas foram se tornando métodos analíticos bastante defeituosos, passando a falar de muitas coisas e sem muita exatidão. O método de análise passou a ser usado por filósofos somente na matemática, física e química e, assim, a arte de raciocinar começou a ser ignorada. Além desse fator, o aumento da atividade comercial aproximou os povos de diferentes línguas e estas acabaram por se mesclar. Este fato dificultou cada vez mais a análise, já que, dada a mistura das línguas, a analogia não podia mais ser considerada na significação das palavras e passou-se a acreditar que a arte de raciocinar não pudesse mais ser aprendida. Em um certo momento de sua obra, Condillac responsabiliza os filósofos, que não perceberam que as línguas poderiam ser métodos analíticos, e as transformaram em métodos defeituosos. Os filósofos não tentaram observar as formas por meio das quais as línguas foram concebidas e passaram a pensar que elas eram arbitrárias. Esta é uma das maiores críticas feitas por Condillac (1973/1780). Ele afirma que os filósofos geraram a desordem na linguagem. O

progresso lento e quase estagnado da linguagem fez com que os homens buscassem elementos em outras línguas. Com isso, as línguas foram se misturando e se tornando grandes conjuntos de línguas estrangeiras com histórias entremeadas e confusas. Condillac (1773/1780) complementa e afirma que as palavras estrangeiras incorporadas a uma língua a tornam falha e inconsistente, impedindo sua evolução. Como podemos observar:

“Uma língua seria superior se o povo que a fizesse cultivasse as artes e as ciências sem nada pedir a outra língua: pois a analogia, nesta língua, acusaria o progresso sensível dos conhecimentos e não teria necessidade de procurar a história alhures. Esta seria uma língua verdadeiramente sábia, só ela o seria. Mas quando são um conglomerado de línguas estrangeiras, confundem tudo: a analogia não pode mais fazer perceber, nas diferentes acepções das palavras, a origem e a geração dos conhecimentos...” (Condillac, 1773/1780, p. 116)

A partir do trecho acima, Condillac (1773/1780) reforça que os filósofos não se deram conta de que a mistura das línguas era algo prejudicial e que só poderia confundir os falantes. A análise que deve ser feita da língua, para que ela progrida e, com isso, o espírito humano também progrida, é aquela que, retornando à origem das línguas, mostre na analogia sua formação original. A análise da língua e o retorno à sua formação original permitiriam que se chegasse a uma língua perfeita e sem interferências de outras línguas.

Em seu texto “A língua dos cálculos”, Condillac (1773/1798) afirma que a língua bem feita que ele tanto almejava deveria se espelhar na linguagem dos cálculos. Desta forma, a língua bem feita seria precisa, objetiva e teria características analógicas presentes na linguagem matemática. Para Condillac (1773/1798), a língua bem feita deve ser única e universal, mas, assim como Condorcet (1793/1793), ele não descreve com detalhes esta língua. Condillac finaliza suas reflexões afirmando que as analogias, se feitas de forma adequada, possibilitariam o surgimento de uma língua precisa, pura, sem tomar nada emprestado de outras, como a álgebra, que é toda baseada em analogias, sem autoridades e com simplicidade. Condillac (1773/1798) conclui afirmando que a analogia compõe toda a arte de raciocinar bem e de falar bem e é nossa responsabilidade instruir os novos falantes para que sigam o caminho da analogia.

2.4.

A busca por uma língua universal nos séculos XIX e XX

Como acaba de ser apresentado, Condorcet (1793/1793) e Condillac (1793/1780/, 1793/1798) almejavam a criação de uma língua universal para que esta contribuísse para o progresso do espírito humano. A idéia era criar uma língua simples e objetiva, como a língua dos cálculos, que trouxesse a unificação dos saberes. Essa língua facilitaria também o acesso às informações e, conseqüentemente, o progresso do espírito humano. Outros inúmeros projetos de língua universal sucederam àqueles imaginados por Condorcet e Condillac. Como afirma Eco (2002), o sonho de uma língua universal parece acompanhar o homem por muitos séculos, mais precisamente desde o início da humanidade¹⁰. O interesse principal desta seção não é descrever todo esse processo de busca da língua perfeita e universal através dos tempos, mas, citar brevemente alguns projetos que visavam a criação desta língua e que se destacaram a partir do Iluminismo.

Durante o século XVIII, a tão desejada língua universal também era conhecida como língua filosófica. De acordo com Eco (2002), esta denominação representava uma mudança de paradigma em relação aos projetos surgidos anteriormente. Antes dos projetos de língua filosófica, a busca da língua perfeita foi motivada por fortes tensões religiosas. Então, a língua perfeita e universal tinha como principal objetivo, segundo Eco (2002), se opor ao latim, que era a língua da igreja católica. Já a língua filosófica visava eliminar as ideias falsas e os maus juízos que eram passados aos homens de gerações em gerações. Acreditava-se que tais ideias e juízos obscureciam a mente humana e impediam o progresso do espírito. Eco (2002) afirma que a criação de uma língua filosófica universal ainda tinha motivações comerciais, dado que as negociações entre povos de línguas distintas seriam facilitadas com a utilização de uma língua comum.

Eco (2002) menciona que o sucesso de um projeto de língua universal no século XVIII possibilitaria a propagação das Luzes e contribuiria para a concretização dos ideais do período do Iluminismo descritos por Kant

¹⁰ Eco (2002) apresenta e descreve vários projetos relevantes de línguas universais. Ele inicia sua discussão com o mito de Babel, passa pela Antiguidade com Raimundo Lúlio (1232-1316) e seu projeto *Ars Magna* e pelo século XVII com Cave Beck e o projeto *The Universal Character* (1657). Além destes, Eco (2002) também cita Jorge Dalgarno e o projeto *Ars Sinorum* (1661), Leibniz com o projeto *Dissertatio de arte combinatória* (1666) e John Wilkins e o *Essay towards a real character, and a philosophical language* (1668). Eco (2002) também analisa alguns projetos do século XVIII, prosseguindo até os projetos de línguas internacionais auxiliares dos séculos XIX e XX, como o Volapuke (1879), o Esperanto (1887) e o *Latino sine flexione* (1903).

(2005/1784a). Alguns projetos visando à criação de uma língua universal no século XVIII são os de Jean Delormel¹¹ (1795), Zalkind Hourwitz¹² (1800) e o projeto de Joseph De Maimieux¹³ (1797).

A busca por uma língua universal não cessou no século XVIII. Eco (2002) dá seguimento à sua discussão a respeito da tentativa de se criar uma língua universal até os séculos XIX e XX. Para uma melhor compreensão do caminho percorrido pelos projetos de língua universal após o Iluminismo, farei uma breve apresentação de suas considerações sobre os projetos dos séculos XIX e XX.

Eco (2002) afirma que, no século XIX, houve um grande desenvolvimento nas comunicações e nos meios de transporte e um grande progresso científico. Este desenvolvimento gerou, conseqüentemente, uma tendência de as nações se aproximarem, principalmente devido aos interesses comerciais. Assim sendo, os homens passaram a almejar uma nova língua universal. Com objetivos distintos dos projetos de língua universal do século XVIII, começaram a surgir os primeiros projetos com a finalidade de se criar uma língua internacional auxiliar (LIA). Esta língua deveria ser artificial e considerada neutra por seus usuários. Além disso, visando facilitar o uso, os projetos de LIA priorizavam uma gramática simples, objetiva e um léxico vasto.

Um dos projetos mais importantes de LIA foi o Volapuque de Johann Martin Schleyer. Criado em 1879, foi o primeiro sistema auxiliar a adquirir status de internacional. Este sistema usava a língua inglesa como referência. Outro projeto de muito destaque e amplamente difundido foi o Esperanto. Visando o fim da opressão e a concórdia entre os povos, o Doutor Lejzer Ludwick Zamenhof criou o Esperanto em 1887. O sonho de Zamenhof era o de que os judeus do mundo todo pudessem se unir a partir do uso do Esperanto.

Em 1903 surgiu o *Latino sine flexione*. O criador desta LIA, Giuseppe Peano, não quis inventar uma nova língua, mas propor um latim sem flexões e muito mais simplificado. Esta LIA seria utilizada nas relações científicas internacionais e somente na forma escrita. Pouco tempo depois, em 1907, o Comitê Diretivo da Delegação para a escolha de uma LIA e seu secretário Couturat criaram o Ido. Esta LIA nada mais era do que uma versão reformada do Esperanto.

¹¹ O projeto de Jean Delormel se chama *Projet d'une langue universelle*.

¹² Zalkind Hourwitz criou o projeto *Polygraphie, ou l'art de correspondre à l'aide d'un dictionnaire dans toutes les langues, même dans celles dont on ne possède pas seulement les lettres alphabetiques*.

¹³ Joseph De Maimieux criou o projeto *Pasigraphie*.

Os projetos de uma língua universal fracassaram durante o século XVIII, XIX e primeira metade do século XX. Os motivos para os insucessos dos projetos foram similares. Estes serão explicitados na seção que se segue.

2.5.

Os fracassos dos projetos

Apesar das várias tentativas, os projetos de língua universal do século XVIII, XIX e primeira metade do século XX fracassaram e os motivos para o insucesso foram os mesmos.

Como discutido nas seções anteriores, ao utilizar a língua universal, o homem seria capaz de raciocinar melhor, com liberdade e autonomia. Esta língua levaria o homem ao conhecimento, ou seja, ao esclarecimento e possibilitaria a unificação e o desenvolvimento da ciência. Além de raciocinar melhor, o homem se comunicaria melhor com outros homens, tendo em vista a objetividade e clareza da língua. A língua universal seria, portanto, a língua do conhecimento e a língua da comunicação ao mesmo tempo. No entanto, essas duas funções são incompatíveis e muito distintas (Marcondes, 1989). A fim de explicitar esta distinção, selecionei dois filósofos de épocas muito díspares, mas que fazem considerações relevantes e análogas a respeito da língua do conhecimento e da língua da comunicação.

No diálogo inicial da obra *De magistro* (1956/389), Santo Agostinho explica a finalidade da linguagem e afirma que, ao falarmos, queremos ensinar. Desta forma, ao ensinarmos, estamos nos comunicando e, conseqüentemente, utilizando a língua da comunicação. Santo Agostinho afirma, porém, que também existe uma forma de falarmos intimamente, ou seja, de pensarmos as próprias palavras na nossa mente. Neste caso, a linguagem tem uma finalidade diferente e é utilizada para o conhecimento, assumindo o papel, portanto, de língua do conhecimento.

Assim como Santo Agostinho, Locke (2005/1690) explicita a diferença entre a língua da comunicação e a língua do conhecimento. Ele nos mostra que as palavras podem ter um uso civil e um uso filosófico. O primeiro uso é descrito como uma comunicação de pensamentos e ideias que possam servir para manter uma conversa cotidiana. Sendo assim, a língua da comunicação é utilizada durante o uso civil das palavras. O segundo uso das palavras, o uso filosófico, é definido por Locke (2005/1690) como uma forma de registrar os

pensamentos e buscar o conhecimento verdadeiro. Desta forma, a língua do conhecimento é utilizada. Os filósofos que visavam criar uma língua universal não entendiam as diferenças existentes entre as línguas da comunicação e do conhecimento, e insistiam em projetos impossíveis que tinham como objetivo unir essas duas línguas.

Eco (2002) complementa as considerações a respeito dos fracassos dos projetos de língua universal afirmando que estes rejeitavam a visão dinâmica e comunicativa da linguagem (que caracteriza as línguas naturais¹⁴). Como os projetos de língua universal eram projetos que tinham por fim a criação de uma língua artificial¹⁵, não eram capazes de dar conta da infinidade de determinações que poderiam surgir a partir do uso dessas. Os projetos de língua universal tinham por fim criar uma única língua para expressar as verdades da razão, visavam à reflexão e ao conhecimento e não à comunicação. Além disso, os projetos de língua universal tinham como objetivo eliminar as imperfeições detectadas pelos filósofos nas línguas naturais. É importante ressaltar que tais filósofos não levaram em consideração o fato de que estas línguas são capazes de abarcar todas as variações possíveis, pois são naturalmente dinâmicas, flexíveis e abertas a novas proposições, ou seja, são as línguas da comunicação.

Eco prossegue a discussão dos insucessos dos projetos de língua universal, dizendo que aqueles que os criaram não se deram conta de que a língua e o pensamento têm uma gênese que se desenrola no tempo. Uma língua universal, poderia somente refletir uma parte da constituição da linguagem de forma extremamente limitada. Além desta limitação, Eco afirma que, mesmo que todos os homens entrassem em um acordo para utilizar a mesma língua, em pouco tempo, pela influência do uso, esta se alteraria consideravelmente e iria adquirir características distintas, de acordo com a comunidade de falantes que a estivesse utilizando. Sendo assim, novos idiomas surgiriam e o projeto de uma língua universal estaria mais uma vez fadado ao fracasso. O que faltaria a essa língua, para Eco, seria uma herança histórica, característica inerente às línguas naturais.

¹⁴ Uma língua natural é: "... um sistema abstrato que tem como base a fala e a escrita de uma comunidade (esta é a noção de *langue*) ou é o conhecimento que um indivíduo tem deste sistema (esta é a noção de competência). Esta definição é apropriada tanto para uma visão sincrônica (ex.: a língua inglesa nos dias de hoje) como para uma visão diacrônica (ex.: a língua inglesa desde a época de Chaucer). Com base nesta definição alguns grupos podem ser formados como o das línguas românicas e o das línguas crioulas. Todas as línguas citadas são exemplos de línguas naturais." (Crystal, 1980, minha tradução)

As diferentes e inúmeras línguas naturais que existem no mundo são socialmente transmitidas e carregam uma vasta herança histórica, política e cultural, de acordo com sua comunidade de origem. Como afirma o linguista americano Chomsky (1998): “Eu falo uma das variantes do inglês, e não uma das variantes do português. Nesse sentido, a língua é socialmente transmitida.”

O fato é que a busca por uma língua única não cessou desde o início da humanidade. A partir das reflexões feitas neste capítulo, as questões que remanescem e que me intrigam são: para onde estamos caminhando em relação aos projetos de língua universal? Existe uma busca pela língua universal e perfeita na contemporaneidade? Após investigar os fracassos dos projetos durante os séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX, notei que existe uma ausência de pesquisas relevantes em relação a esse tema na contemporaneidade. No próximo capítulo irei investigar se a busca por esta língua prosseguiu, após os fracassos descritos anteriormente.

¹⁵ Uma língua artificial é: “Um sistema construído artificialmente usado para explicitar uma área conceitual (ex.: formal, lógica e computacional) ou para facilitar a comunicação (ex.: esperanto).” (Crystal, 1980, minha tradução)